

AS HISTÓRIAS DA LITERATURA BRASILEIRA: TRADIÇÃO E MUDANÇA

Regina Zilberman
PUCRS

*E está acabada a escola poética 'Desvairismo'.
Próximo livro fundarei outra.*

Mário de Andrade

Os primeiros historiadores da literatura brasileira nasceram e viveram na Europa, sem nunca ter tido contato direto com o Brasil, a não ser pelos livros. O pioneiro, Diogo Barbosa Machado, autor da *Biblioteca Lusitana*, histórica, crítica e cronológica, publicada em quatro volumes entre 1741 e 1759, nem ao menos poderia prever que a colônia portuguesa na América viria a se tornar uma nação independente. Friedrich Bouterwek, que, em 1805, elaborou o volume sobre a *História da poesia e da eloquência portuguesa* [*Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit*], editada em Göttingen, também considerou o patrimônio hoje atribuído à literatura brasileira como pertencendo ao pecúlio lusitano, já que, no início do século XIX, a separação política entre os dois territórios era ainda aspiração de poucos.

Na seqüência, veio Simonde de Sismondi, o dileto discípulo de Madame de Staël, que compôs, em 1813, *A literatura da Europa Meridional* [*De la littérature du Midi de l'Europe*], dando conta de obras artísticas pertencentes à cultura italiana, espanhola e portuguesa. O ilustre genebrino deparou-se com um contexto político diverso: o Regente português, fugindo das tropas napoleônicas, residia no Rio de Janeiro, de onde governava a Metrópole. Sismondi considerou o fato relevante, pois, referindo-se ao "novo império português", destacou que dele "dependem todas as esperanças da futura independência e prosperidade daquele país" e reconheceu que, ali, se começou "a cultivar as letras", exemplificadas pela lírica de Cláudio Manuel da Costa.¹

O papel do Brasil na conjuntura política experimentada naquele momento por Portugal, que já havia perdido as mais lucrativas colônias na Ásia e África, é sublinhado por Sismondi, que observa:

Apenas o império do Brasil permanece submetido a ele. No melhor clima, e o mais fértil solo do mundo, uma colônia está crescendo que, relativamente à superfície, é doze vezes maior que a terra-mãe. Para lá transferiu-se a sede do governo, a marinha e o exército; enquanto isso, acontecimentos que não poderiam ter sido previstos estão produzindo uma nova juventude e energia inovadora por toda a nação; não está longe, talvez, o tempo em que o império do Brasil dará nascimento, na linguagem de Camões, a não desprezíveis herdeiros daquela época.²

Ao abordar a poesia portuguesa, Sismondi puxa as orelhas de seu predecessor, Friedrich Bouterwerk, por ter ignorado alguns escritores importantes em seu estudo; depois, o historiador da literatura anuncia, de modo profético, que a colônia americana terá muito a oferecer à Metrópole, conferindo nova vitalidade à literatura da terra-mãe, graças às suas energia e mocidade. Almeida Garrett, o terceiro dessa série de profissionais das Letras que abordam a produção literária elaborada por brasileiros e/ou no Brasil, acompanha algumas das reflexões de Sismondi.

O poeta trata do assunto no "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", com que abriu o *Parnaso Lusitano*, publicação em seis volumes contendo uma coletânea em versos, que ajudou a organizar, em 1826. Almeida Garrett, já então chefe da escola romântica portuguesa, não aprecia o trabalho de Sismondi, acusando-o e a Bouterwek de "conceber e ajuizar da história literária de Portugal" de modo incorreto e confuso.³ Mesmo assim, não deixa de se apropriar de alguns conceitos dos precursores, entre eles a valorização dos versos de Cláudio Manuel da Costa enquanto renovador da lírica em língua portuguesa, apesar de, tal como o antecessor, identificar indesejada influência de Metastásio sobre o árcade mineiro.

A Sismondi, Almeida Garrett provavelmente deve a afirmação de que "agora começa a literatura portuguesa a avultar e enriquecer-se com as produções dos engenhos brasileiros",⁴ anotação que caracteriza o pendor principal desse grupo constituído pelos pioneiros da história da literatura brasileira, todos eles de origem européia, que desconheciam inteiramente a região a que se referiam: o entroncamento da literatura elaborada na América à matriz lusitana.

Com efeito, Bouterwek, Sismondi e Almeida Garrett, este simpatizante da causa brasileira e, segundo vários pesquisadores de sua trajetória intelectual, aspirante à escrita de uma narrativa brasilianista e, até, se possível, de orientação indianista,⁵ apresentaram alguns pontos em comum:

- sua atividade, enquanto historiadores da literatura, escritores e criadores, coloca-os no paradigma dos letrados: eram profissionais que, de uma maneira ou de outra, vinculavam-se ao mundo das Letras e da literatura;

- reconheceram a produção dos "engenhos brasileiros", mas integraram com naturalidade o resultado à literatura portuguesa, a que pertenciam. Diogo Machado Barbosa e Friedrich Bouterwek não podiam ter procedido de modo diverso, mas Sismondi já se depara com a transferência da sede da administração portuguesa de Portugal para o Brasil. Almeida Garrett, por sua vez, fora contemporâneo das lutas pela separação política, a que parecia favorável; além disso, discute questões relativas à nacionalidade da literatura, reivindicando para a poesia portuguesa "espírito nacional", que julgava ausente nos líricos

que o precederam. Mesmo assim, não discrimina as literaturas de Portugal e do Brasil, considerando-as de modo unitário.

Do outro lado desses profissionais estão os viajantes, que, vindos do Exterior, conheceram a nova nação americana nos primeiros anos de sua independência política. O mais prestigiado foi Ferdinand Denis, que chegou ao Brasil em 1816, permaneceu no Rio de Janeiro durante seis meses e, por dois anos, na Bahia. Conforme Jean-Paul Bruyas, biógrafo do historiador francês, "esta estada, que vai de 1816 a 1819 e correspondeu ao período dos dezoito aos vinte e um anos de idade, orientou o rumo de toda sua vida e de suas atividades".⁶ Na década de 20, Ferdinand Denis estava de volta à França, mas, na terra natal, escreveu uma série de obras sobre o território que conheceu, especialmente sobre sua cultura e literatura: de 1821-2, data *O Brasil [Le Brésil]*, ou *História, hábitos, usos e costumes dos habitantes deste reino [Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume]*, elaborado em parceria com Hippolyte Taunay; de 1824, *Cenas da natureza sob os trópicos e sua influência sobre a poesia [Scènes de la nature sous les tropiques et de leur influence sur la poésie]*, em que se encontram as novelas *Palmares* e *Os maxacalis*, precursoras, a primeira, da narrativa histórica, e a segunda, da narrativa indianista.⁷ Enfim, em 1826, aparece o *Resumo da história literária de Portugal [Résumé de l'histoire littéraire du Portugal]*, seguido do *Resumo da história literária do Brasil [Résumé de l'histoire littéraire du Brésil]*, caracterizando sua contribuição à escrita de uma história da literatura brasileira.

Poucos anos depois da partida de Ferdinand Denis, conheceu o Brasil o tenente-brigadeiro Carl Schlichthorst, originário da Alemanha e contratado de Pedro I que, no retorno à pátria, escreveu *O Rio de Janeiro como é – 1824-1826*, em que relata sua passagem pela cidade, dedicando um capítulo à literatura brasileira. Na mesma década, o capelão Robert Walsh veio para a América integrando a comitiva de Lorde Strangford, representante inglês nos conflitos do Rio da Prata; desse período nasceu a obra *Notícias do Brasil (1828-1829)*, em que analisa, entre outros temas, a produção literária do período. Entre 1837 e 1840, o missionário norte-americano Daniel Kidder viveu no Brasil, de que se originou *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*, igualmente com observa-

ções sobre a poesia e a prosa nacionais. Esse grupo contribuiu igualmente para a consolidação de uma visão sobre a história literária, com repercussões equivalentes às do núcleo antes referido.

Ferdinand Denis parte do reconhecimento da independência política, que configura o Brasil como nação e seus habitantes como povo. O capítulo de abertura do *Resumo de história literária* reivindica essa condição, assinalando ao mesmo tempo que não podia ser diferente: o fato de ser diverso o espaço experimentado pelos indivíduos levava necessariamente à produção de uma arte original, circunstância a ser explorada com intensidade pelos criadores artísticos. As palavras do viajante francês, cheias de entusiasmo e apontando para caminhos sugestivos, devem ter encontrado repercussão favorável entre os brasileiros:

O Brasil, que sentiu necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe haviam imposto a Europa, o Brasil experimenta já a necessidade de ir beber inspirações poéticas a uma fonte que verdadeiramente lhe pertença; e, na sua glória nascente, cedo nos dará as obras-primas desse primeiro entusiasmo que atesta a juventude de um povo.⁸

Essa fonte é a natureza, acrescida da história e da tradição popular, quando é o caso, conforme o figurino romântico desenhado por Madame de Staël, mentora da estética que, nas primeiras décadas do século XIX, começava a se impor e a que Denis seguia, com fidelidade. No mesmo capítulo, ele aponta que, como "o brasileiro tem disposições naturais para receber impressões profundas", ele pode "se abandonar à poesia" sem precisar "da educação cidadina"; em decorrência, "quer percorra as florestas primitivas, quer cultive as terras mais férteis do mundo, quer apascente seus rebanhos nas vastas pastagens, é poeta".⁹ Numa formulação lapidar, ele resume o projeto romântico, conforme o qual a liberdade política se confunde com a independência poética, mediadas ambas pelas sugestões inebriantes da natureza:

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo.¹⁰

C. Schlichthorst também parte da aceitação tácita de que "quadros tão amplos e encantadores" estimulam o desenvolvimento da imaginação.¹¹ Lembra que as "florestas eternamente verdes" e as "maravilhosas praias" devem ter ressoado nos "cantos dum povo, que trouxe das margens do Tejo a alma cavalheiresca de seus antepassados e a alimentou no seio de uma natureza grandiosa, aperfeiçoando-a".¹² Mas, tal como Ferdinand Denis, afirma que só futuramente é que se perceberão os resultados das sugestões emanadas do cenário exuberante da América:

As primeiras tentativas da musa brasileira fazem já supor que tomará um vôo mais original e que o Brasil conservará sua independência, quer poética, quer política, e que brilhante série de futuros vates aproveitará dignamente o assunto encerrado na história deste país.¹³

Ambos os viajantes, de passagem pelo Brasil, estão cientes de que, no presente, o que verificam é a existência de uma poesia alinhada ao padrão europeu, de preferência português, no máximo francês. Denis observa que "no começo do século, o vasto império do Brasil tomava ainda emprestados a Portugal alguns débeis raios de sua velha glória literária, para com eles se engalanar",¹⁴ complementando adiante: "fato verdadeiramente notável é a influência que nossa literatura exerce presentemente sobre a dos brasileiros".¹⁵ Schlichthorst não faz por menos: "a própria lembrança ou a tradição freqüentemente fazem seus pensamentos [do "brasileiro letrado"] se voltarem para Portugal".¹⁶

Por conseqüência, ambos projetam para o futuro o aparecimento de uma poesia ou literatura representativa da nação,

fato reconhecido por Daniel P. Kidder, que observa, a propósito da leitura da obra de F. Denis:

Denis, escritor francês, tentou demonstrar que o clima e o cenário do Brasil são capazes de inspirar idéias sublimes e desenvolver o poder da imaginação. É possível que a literatura de nenhum outro país fosse recebida com tanta simpatia, tanto no Velho quanto no Novo Mundo. Portanto, para os intelectuais brasileiros, existem todos os motivos que uma ambição honesta pode inspirar.¹⁷

Examinados desse ângulo, os viajantes não se distinguem radicalmente dos profissionais: também eles admitem que, no estágio atual, a produção dos engenhos brasileiros não se diferencia da literatura portuguesa, da qual fazem parte. Como, porém, cruzaram pela nova nação americana, e esta reivindica para si uma arte literária própria, optam por conciliar fato e utopia: acolhem a produção passada na condição de um patrimônio a ser superado, formulando para o futuro a promessa de que uma poesia mais independente emergirá.

Essas alternativas se enraizaram na cultura brasileira, promovendo uma história da literatura com as seguintes características: de um lado, passa-se a literatura precedente pelo crivo da dependência, verificado o grau de pertença e reprodução da tradição portuguesa (ou francesa ou européia, de modo geral); de outro, expressa-se a expectativa de que o mal não se repita no presente, alcançada enfim a auto-suficiência a que se aspira desde a separação política de Portugal. Tal autonomia, por seu turno, depende do grau de aproveitamento e sensibilização para as peculiaridades locais, próprias à vida brasileira, decorram elas da valorização da natureza, como na lírica romântica, da história, como no romance indianista, da raça, como na estética naturalista, do folclore e da tradição popular, como no Modernismo, das mazelas sociais e/ou políticas, como na ficção de 1930 a 1970.

Denis, dentre os viajantes o mais comprometido com as Letras, porque, depois de fixar residência em Paris, tornou-se curador da Biblioteca de Santa Genoveva, portanto, o mais próximo dos profissionais, tornou-se o arauto predileto dos ro-

mânticos, por prometer, para o Brasil, uma literatura autóctone que viria a servir de modelo aos europeus:

Se os poetas dessas regiões fitarem a natureza, se penetrarem da grandeza que ela oferece, dentro de poucos anos serão iguais a nós, talvez nossos mestres.¹⁸

Por essa razão, os primeiros historiadores brasileiros da literatura nacional escrevem à sombra dessa profecia, como faz Joaquim Norberto, no "Bosquejo da história da poesia brasileira", que antecede as *Modulações poéticas*, de sua lavra, publicadas em 1841. Ele respalda nas palavras do escritor francês a qualificação, atribuída a Gonçalves de Magalhães, seu companheiro de geração e mentor intelectual, de reformador da poesia brasileira:

O Sr. Magalhães só, sem auxílio de outrem, efetuou a tão desejada reforma da poesia brasileira, lembrada há anos por Ferdinand Denis, que entusiasta do Brasil lhe profetizara uma época de esplendor e glória literária; – profecia que vai realizando-se; – época, que principia a raiar!¹⁹

Logo a seguir, Norberto cita o precursor francês de modo quase literal:

Sim, Ferdinand Denis tinha predito – que o Brasil, que sentira a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe impusera a Europa, – que o Brasil conhecia também a necessidade de ir beber suas inspirações poéticas à fonte que lhe verdadeiramente pertence; – que o Brasil coroado com o esplendor de sua nascente glória publicaria dentro em pouco tempo as primorosas obras desse primeiro entusiasmo que atesta a galhardia e mocidade de qualquer povo; – sim, a profecia cumpria-se e essa época de glória literária vem raiando!²⁰

Na expressão de Joaquim Norberto, sua geração realizava o ideal formulado por Ferdinand Denis, o que legitimava simultaneamente o pesquisador francês e a literatura elaborada por seu grupo. Não por acaso é ele que, no cargo de Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, profere, em 1891,

o necrológio de Denis, sublinhando as relações que este manteve com o Brasil enquanto divulgador e difusor da cultura nacional e autor de obras que vieram a se consolidar como leituras escolares no País:

Teve gosto de ver o seu *Resumo da história do Brasil* traduzido, se bem com mais desenvolvimento e correção, pelo nosso falecido consócio o major Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, o qual foi adotado por circular do governo às câmaras municipais do império para leitura das escolas primárias.²¹

Ao final de sua fala, esclarece o papel fundamental desempenhado por Denis, curiosamente invertendo o vaticínio original, pois é o francês que ocupa o lugar do mestre, e não o contrário:

Era enfim o mestre erudito de nossas coisas, das quais dizem que nos deixa um monumento em mais de trinta volumes, por cuja aquisição deveríamos empregar todo o esforço.²²

Nenhum brasileiro pronunciou-se a respeito da literatura brasileira antes de 1829, ano em que o Cônego Januário da Cunha Barbosa apresentou ao público carioca os primeiros cadernos do *Parnaso brasileiro ou coleção das melhores poesias dos poetas do Brasil, tanto inéditas quanto já impressas*, que, publicados pela Tipografia Nacional, apareceram até 1831. Depois, o General José Inácio de Abreu e Lima, herói das guerras de libertação na América e parceiro de armas de Simon Bolívar, redigiu o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, editado em 1835, lamentando o pobre estado intelectual da nação.²³ Enfim, em 1836, Domingos José Gonçalves de Magalhães, desde Paris e na pioneira *Niterói*, anuncia a necessidade de se escrever uma história da literatura do Brasil, uma vez que, se a tarefa fora parcialmente realizada pelos estrangeiros, "nenhum nacional, que o saibamos, ocupado se tem até hoje de tal objeto".²⁴

Apesar de desdenharem a pesquisa dos europeus que o antecederam, as teses de Gonçalves de Magalhães constituem fruto que procede da mesma árvore; logo, cai aos pés dessa. Sua

formulação mais conhecida, relativa à falta de autenticidade da poesia brasileira, repete idéias que se tornavam clichês românticos:

A poesia do Brasil não é uma indígena civilizada, é uma grega, vestida à francesa, e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon, que, peregrinando pelo mundo, estragara seu manto, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da Castália, o trépido sussurro do Lodon e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá, que gorjeia entre os galhos da laranjeira. Encantados por esse nume sedutor, por essa bela estrangeira, os poetas brasileiros se deixaram levar por seus cânticos, e olvidaram as simples imagens, que uma natureza virgem com tanta profusão lhes oferecia (...). Tão grande foi a influência, que sobre o gênio brasileiro exerceu a grega mitologia transportada pelos poetas portugueses, que muitas vezes poetas brasileiros em pastores se metamorfoseiam, e vão apascentar seu rebanho nas margens do Tejo, e cantar à sombra das faias.²⁵

Não há como não reconhecer aí alguns dos ícones mais caros ao Romantismo brasileiro: a "indígena civilizada", "a sombra das palmeiras da América", o "sabiá que gorjeia entre os galhos da laranjeira". Essas alegorias já haviam figurado em parte no "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa" de Almeida Garrett, que condenara Gonzaga por não ter feito sua amada Marília, "como a Virgínia de Saint-Pierre, sentar-se à sombra das palmeiras, e enquanto lhe revoavam em torno o cardeal soberbo com a púrpura dos reis, o sabiá terno e melodioso, (...) ela se entretivesse em tecer para o seu amigo e seu cantor uma grinalda não de rosas, não de jasmims, porém dos roxos martírios, das alvas flores dos vermelhos bagos do lustroso cafezeiro".²⁶ A recusa do padrão arcádico aparece em ambos os autores; a influência considerada perniciosa da poesia portuguesa é compartilhada com Denis – enfim, Magalhães quer abrir trilhas novas, mas não ultrapassa as fronteiras já conquistadas. A história literária nacional, em meados da década de 30, podia não dispor de uma literatura com uma trajetória para

narrar, conforme denunciava o líder do pensamento romântico local; mas já contava com critérios de avaliação e um recorte cronológico, embora, ambos, um tanto precários.

O critério de avaliação resultava da oscilação entre o reconhecimento da nacionalidade ou brasilidade, de um lado, e, de outro, a admissão da influência estrangeira. O primeiro fator decorria da reprodução do cenário local – a natureza exuberante, retratada desde os primeiros cronistas que aportaram na colônia americana –, o aproveitamento dos acontecimentos históricos e a representação das etnias formadoras da população, incluindo a participação negra, fato propugnado por Ferdinand Denis embora nem sempre presente na lírica e na prosa romântica. O segundo, da aceitação de que, até o presente, raramente o efeito desejado era obtido, valorizando-se as obras que, como o *Uruguai*, de Basílio da Gama, e *Caramuru*, de Santa Rita Durão, tinham chegado lá, embora nem sempre de maneira satisfatória.

O recorte cronológico compartilhava com o critério de avaliação o mesmo problema. Graças a ele, estabelece-se a repartição entre o antes e o agora, sendo o primeiro preenchido com as obras produzidas, as mesmas que sofreram a influência indesejada, e o segundo, com a promessa de que, doravante, tudo será diferente. Os românticos compram a parada, colocando-se como porta-vozes do programa destinado a, desta vez sim, criar a literatura verdadeiramente nacional. Joaquim Norberto, no texto citado, afirma que a reforma da poesia deveu-se a Gonçalves de Magalhães, responsável também pela renovação da dramaturgia nacional, com *Olgíato*. Mas os modernistas não agiram de modo diverso, cabendo a Oswald de Andrade encabeçar as diferentes fundações, quer elas se chamassem Pau Brasil ou Antropofagia.

Os autores citados até agora, sejam os estrangeiros Bouterwek, Sismondi, Schlichthorst, Almeida Garrett, Ferdinand Denis, Robert Walsh e Daniel H. Kidder, sejam os nacionais Januário da Cunha Barbosa, José Inácio de Abreu e Lima, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Joaquim Norberto de Sousa Silva, viveram e se manifestaram entre o início do século XIX e 1840. Boa parte de sua obra permaneceu na obscuridade, com ressonâncias, quando essas existiram, restritas a seu tempo.

Textos como o "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa", de Almeida Garrett, o *Parnaso Brasileiro*, de Januário da Cunha Barbosa, ou o "Bosquejo da história da poesia brasileira", de Joaquim Norberto, só podem ser consultados em suas edições originais ou então em coletâneas que os recuperam parcial ou integralmente.

Nem por isso o efeito de suas idéias foi menor na formação da história da literatura brasileira. Primeiramente, porque coube-lhes uma tarefa ingrata: eles precisaram redigir a história antes de personagens e obras existirem. A ausência de documentação confiável também comprometia a execução da tarefa, levando Gonçalves de Magalhães, no "Ensaio sobre a história da literatura do Brasil", a anotar que o "lugar é este de expormos as dificuldades que na execução deste trabalho encontramos. Aqueles que alguns lumes de conhecimento possuem relativos à nossa literatura sabem que mesquinhos e esparsos são os documentos que sobre ela se podem consultar".²⁷ Alguns anos antes, Schlichthorst advertira que "o Brasil já se poderia gabar hoje de grande número de bons autores, se suas obras não se tivessem perdido ou sido enfurnadas na Torre do Tombo, arquivo do Estado Português, visto como a tirania da Metrópole sempre se esforçou por destruir ou ocultar o que ameaçasse difundir alguma luz sobre sua interessante colônia".²⁸

A circunstância obrigou-os a conceber uma historiografia literária em cima do pouco e do precário, que examinaram a partir de critérios os mais *up to date* possíveis, aqueles que emanavam da estética romântica em processo de consolidação. O objeto não era tão bom quanto seria desejável, mas o método de exame e discriminação, sim; por isso, permaneceram vigorando para além de seu tempo, já que reconhecíveis em histórias da literatura contemporâneas que medem a validade das obras desde a ótica da representação do nacional.

O sucesso de suas idéias, que se estende para além do reconhecimento de suas identidades, decorre, porém, de outro fator. Ao admitirem que dispunham de um critério, o qual não se aplicava à produção literária herdada do passado, eles conferiam a primogenitura aos caçulas, invertendo a ordem histórica e talvez natural. Em outras palavras, tratava-se da elaboração de uma história da literatura que olhava para a frente, e não

para trás: mostrava-se prospectiva, e não retrospectiva. Essa característica, a partir desse tempo, passou a assinalar as reflexões sobre a literatura brasileira, e mesmo um autor como Machado de Assis, que, no "Instinto de nacionalidade", recusa a perspectiva localista como parâmetro para avaliar a poesia e a prosa do País, não escapa desse viés: a revisão a que procede das obras que conhece culmina no anúncio do que está por vir, a saber, o escritor capaz de apresentar outro posicionamento, mais adequado e capaz de, ao reverter o paradigma nativista, aperfeiçoar o momento literário. Pois a quem senão a ele mesmo se aplica a principal exigência manifestada no ensaio citado?

O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.²⁹

Assim, apesar da obscuridade, as propostas dos historiadores da literatura, tenham sido eles profissionais ou tão-somente viajantes interessados na cultura brasileira, são seguidamente encontráveis em projetos historiográficos contemporâneos. No século XIX, eles são seguidamente citados, como se verifica em *O Brasil literário*, de Ferdinand Wolf, que remete a Denis e Joaquim Norberto como inspiradores da repartição periodológica que propõe,³⁰ no *Curso de literatura brasileira e portuguesa*, de Francisco Sotero dos Reis, elaborado entre 1866 e 1873, no *Resumo de história literária*, do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, de 1873, e na *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, cuja primeira edição data de 1888.

No século XX, seus nomes desaparecem, mas José Veríssimo, na *História da literatura brasileira*, de 1916, fundamenta seu trabalho na oposição entre "literatura colonial" e "literatura nacional", que remonta à dicotomia romântica.³¹ Cronologicamente muito mais próxima de nós, por se tratar de uma *História da literatura brasileira* publicada no País em 1997, Luciana Stegagno Picchio abre o livro de sua autoria com a mesma questão que afligia, há quase duzentos anos, os primeiros pesquisadores do passado literário nacional:

O primeiro problema com que se depara quem se dispõe a escrever a história de uma literatura do Novo Mundo é, tradicionalmente, o da definição do objeto de estudo.³²

Embora recuse alternativas sociológicas e estilísticas, a autora objetiva alcançar uma definição da diferença que configura a separação entre as produções européia e americana em língua portuguesa:

Tendo como ponto de partida o momento em que o Brasil, ocupado pelos portugueses, se torna país de língua portuguesa, o nosso trabalho procura caracterizar internamente esta literatura de expressão portuguesa, como tradição estilística autônoma, jogo de tensões no interior de uma estrutura auto-suficiente. A convicção básica é de que só a procura e descrição de um individual 'estilo brasileiro', presente de forma mais ou menos intensa em todos os níveis da estrutura, pode ajudar-nos a superar a dicotomia época colonial-época autônoma que os próprios brasileiros quase sempre adotaram como eixo de todos os seus discursos sobre a literatura nacional.³³

A narrativa de Luciana S. Picchio acompanha a formação e consolidação do "estilo brasileiro", representado pelas produções artísticas mais recentes. Ficam então demonstradas as peculiaridades da literatura nacional, logo, seu grau de divergência e autonomia em relação aos demais patrimônios literários com que compartilha a língua ou a localização geográfica, a saber, a literatura portuguesa ou as literaturas hispano-americanas. O recorte isola o objeto, perdendo, por consequência, os meios de recuperar os laços de aproximação.

As alternativas a esse modo de proceder advêm dos projetos vinculados, de uma parte, à literatura comparada, que procuram integrar a literatura brasileira sobretudo às suas irmãs latino-americanas; de outra, à teoria da literatura que, de posse de terminologia renovada, preocupa-se com questões de escrita, gênero, etnia e grupo social. No primeiro caso, o recorte imposto pela nacionalidade e pela língua não é rejeitado, mas, no outro, ele passa para plano secundário, sendo as obras examinadas desde questões transversais – processos narrativos renovadores, tradução das diferenças (sexuais, raciais, de classe,

ideológicas), alinhamento a tendências estéticas de vanguarda. Em *A formação da leitura no Brasil*, seqüência de *A leitura rarefeita*, procuramos, Marisa Lajolo e eu, examinar a trajetória da literatura nacional desde o prisma da recepção, verificando as relações entre escritores e público, bem como o papel mediador da escola, na tentativa de compreender o processo literário enquanto fenômeno que se concretiza por efeito de sua circulação e consumo, independentemente dos programas e intenções a que se submetem autores e pesquisadores do meio artístico e intelectual.³⁴

A perspectiva historiográfica deteve posição dominante nos estudos literários brasileiros desde seus inícios, porque foi a que melhor respondeu aos anseios da elite intelectual dirigente: do sucesso obtido na determinação de seu objeto e da revelação de sua índole nacional, resultava a realização da aspiração maior de comprovação da existência autônoma e auto-suficiente do país. Essa prática não foi superada, porque a questão que a suscitou subsiste. Os projetos alternativos poderão modificar o panorama, desde que alinhados a uma proposta renovadora para a sociedade brasileira, como foi, a um tempo no passado e ainda vigorando no presente, a resposta romântica de hoje obscuras personagens de nossa história, vozes, porém, que ainda ressoam na atualidade.

NOTAS

¹ SISMONDI, J. C. L. Simonde de. *Historical view of the literature of the South of Europe*. 4. ed. Trad. de Thomas Roscoe. London: Henry G. Bohn, 1853. v. 2, p. 593. Tradução parcial da obra encontra-se em CÉSAR, Guilhermino. *Simonde de Sismondi e a literatura brasileira*. Porto Alegre: Lima, 1968. Ou CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do Romantismo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978. Observe-se que Guilhermino César trabalha com a segunda edição do livro de Sismondi, razão por que se observam pequenas divergências em relação ao texto original, aqui referido.

² Id. p. 600.

³ GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. "Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa". In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 28. Origina-

nalmente publicado em: GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. *Parnaso Lusitano*. Paris: J. P. Aillaud, 1826. v. 1.

⁴ Id. p. 56.

⁵ Cf. GARRETT, Almeida. Comuraí (história brasileira). *Revista do Livro*. LIMA, Henrique de Campos Ferreira. Garrett e o Brasil. *Revista de Língua Portuguesa*. PEREIRA, Carlos de Assis. *Garrett e o Brasil*. Separata da *Revista Ocidente*. v. 54, jan.-jun. 1958. MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva. *A formação de Almeida Garrett: experiência e criação*. Coimbra: Centro de Estudos Românicos, 1971. 2v.

⁶ BRUYAS, Jean-Paul. Introdução. In: DENIS, Ferdinand. *Os maxacalis*. Edição crítica com introdução, notas e apêndice de Jean-Paul Bruyas. Trad. de Maria Cecília de Moraes Pinto. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979. p. XII.

⁷ Cf. ZILBERMAN, Regina. "Liberdade só posso esperar". A guerra de Palmares e a literatura brasileira. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 3, n. 2, p. 5-10, jun. 1997. E DENIS, Ferdinand. *Os maxacalis*. Edição crítica com introdução, notas e apêndice de Jean-Paul Bruyas. Trad. de Maria Cecília de Moraes Pinto. São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia; Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

⁸ DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Trad. e notas de Guilhermino César. Porto Alegre: Lima, 1968. p. 30.

⁹ Id. p. 33-4.

¹⁰ Id. p. 30-1.

¹¹ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é: 1824-1826*. (Uma vez e nunca mais). Contribuições dum diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Trad. de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, s. d. p. 151.

¹² Id. p. 151.

¹³ Id. p. 155.

¹⁴ DENIS, F. *Op. cit.* p. 29.

¹⁵ Id. p. 37.

¹⁶ SCHLICHTHORST, C. *Op. cit.* p. 154.

¹⁷ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*, compreendendo Notícias Históricas e Geográficas do Império e das diversas províncias. Trad. de Moacir N. Vasconcelos. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. p. 268.

¹⁸ DENIS, F. *Op. cit.* p. 32-3.

¹⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: ZILBERMAN, Regina e MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998. p. 134. Originalmente publicado em *Modulações poéticas*. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa, 1841.

²⁰ Id. p. 135.

²¹ NORBERTO, Joaquim. Ordem do dia. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. t. 53, p. 474-477. 1890. Parte III: Atas das sessões de 1890.

²² Id. *ibid*.

²³ Cf. LIMA, José Inácio de Abreu. Nosso estado intelectual. In: _____. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Niterói: Niterói, 1835.

²⁴ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil: estudo preliminar. *Niterói – Revista Brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Edição facsimilada patrocinada pela Academia Paulista de Letras, em 1978. p. 13-6.

²⁵ Id. p. 146-7.

²⁶ GARRETT, João Batista Leitão de Almeida. *Op. cit.* p. 57-8.

²⁷ MAGALHÃES, Gonçalves de. *Op. cit.* p. 136.

²⁸ SCHLICHTHORST, C. *Op. cit.* p. 151.

²⁹ ASSIS, Machado de. Literatura brasileira – Instinto de nacionalidade. In: _____. *Crítica literária*. São Paulo: Mérito, 1959. p. 135.

³⁰ Cf. WOLF, Ferdinand. *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne*. Berlin: Asher, 1863.

³¹ Cf. Veríssimo, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

³² PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p. 17.

³³ Id. p. 21.

³⁴ Cf. LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996. ____ e _____. *A leitura rarefeita*. São Paulo: Brasiliense, 1991.